Carlos Roberto Siqueira Castro

DIREITO CONSTITUCIONAL E REGULATÓRIO

Ensaios e Pareceres

Volume III

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2027

Sumário

Prefácio do Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal VII

Apresentação pelo autor XI

Parecer para o Conselho Federal da OAB com o objetivo de analisar a possibilidade e eventual conveniência de alteração da Súmula n.º 01/2011, acerca da prescrição no processo ético-disciplinar da OAB. 1

Parecer para o Conselho Federal da OAB acerca de ajuizamento de ADI n.º contra a Emenda Constitucional n.º 106/2020, que "Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia." Autorização do Banco Central para realizar operações excepcionais no marco do regime extraordinário fiscal. Processo n.º 49.0000.2020.003192-9. 85

Medalha Rui Barbosa - Mensagem de agradecimento à Diretoria, aos colegas e amigos do Conselho Federal da OAB pela honrosa outorga. 93

Homenagem ao jurista Paulo Bonavides 101

A Tentação Parlamentarista e a Constituição 107

O Novo Modelo de Controle de Constitucionalidade na França – A "Questão Prioritária de Constitucionalidade" (QPC) 111

O Direito à Felicidade 161

Parecer acerca da juridicidade e adequação das tratativas e contratação para a aquisição de lotes da vacina "COVAXIN" pelo Ministério da Saúde em tempos de pandemia da COVID-19. Direito fundamental à saúde. Interesse público. Competência constitucional da União Federal. Segurança jurídica. Competência regulatória da ANVISA e competência constitucional do Tribunal de Contas da União. Implicações perante o Congresso Nacional e Órgãos de Fiscalização e Controle Externo e Interno da União Federal. Avaliação de riscos. Conclusão. 189

Homenagem ao advogado José Lúcio Glomb, ex-Presidente da OAB do Estado do Paraná 285

Parecer para a APEX BRASIL tendo por objeto considerações jurídicas acerca da inconstitucionalidade formal e material do Projeto de Lei n.º 2.380/2021. Desvirtuamento das receitas obtidas pela APEX BRASIL em favor da Embratur. Vício de iniciativa. Violação do princípio da separação e harmonia entre os Poderes e ao devido processo legislativo. Inobservância ao princípio da proporcionalidade e ao interesse público. Autonomia administrativa e financeira da APEX BRASIL..... 305

A relação do Supremo Tribunal Federal com os Poderes Políticos 291

Defesa da Democracia e Liberdades 347

Direito Adquirido, Cláusula Pétrea e o STF..... 341

A "Decivilização" da vida contemporânea, a inteligência artificial e os 35 anos da Constituição Democrática de 1988..... 367

Ética Profissional e Advocacia – Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB 389

Homenagem a Simone Weil (França) 447

A Judicialização da Política – O Ativismo Judicial..... 455

Direito de Resposta e Limites da Liberdade de Expressão..... 489

**Parecer para a APEX BRASIL – Tributação –
Remessas realizadas ao exterior – Incidência de IRRF -
Despesas com feiras e eventos promocionais -
Legitimidade da fonte pagadora -
Repetição do indébito tributário 531**

**Liberdade de Expressão *versus* Discurso de Ódio
e Desinformação na era da Internet:
o Papel do Judiciário face ao mundo digital..... 559**

**Cenário da mediação no Brasil e a adesão
à Convenção de Singapura 603**

**Advocacia Pro Bono no sistema de assistência
jurídica no Brasil..... 621**